



APSS

Associação dos Profissionais
de Serviço Social

A Associação dos Profissionais de Serviço Social perante as medidas de austeridade agravadas

A União Europeia enfrenta atualmente uma crise financeira, económica, política e social sem precedentes desde a sua fundação. Num quadro de uma política de forte austeridade, assinala-se, nos seus Estados-Membros, um aumento de dois milhões de pessoas em situação de pobreza, bem como o agudizar das desigualdades sociais, situação que compromete a execução da meta da redução da pobreza definida na Estratégia “Europa 2020”.

É consabido que a grave crise que Portugal atravessa, neste contexto, tem agudizado os problemas sociais de forma generalizada e trazido fortes restrições para dar-lhes resposta. A **Associação dos Profissionais de Serviço Social (APSS)**, já na *Declaração de Almada*ⁱ, aprovada no seu II Congresso Nacional, realizado em 2010, manifestava preocupação com as reformas políticas e as medidas de austeridade em curso, particularmente com as que incidiam no campo das políticas sociais. A APSS vem, no atual contexto, reiterar, de forma redobrada, tais preocupações, em especial no que se refere à elevada taxa de desemprego e ao seu impacte, ao agravamento da pobreza nas populações mais vulneráveis (crianças, mulheres, idosos, doentes crónicos e deficientes), à degradação da coesão social, à desproteção social decorrente das restrições no acesso a prestações sociais e serviços públicos, e ao reforço das medidas de cariz meramente assistencialista.

A elevada taxa de desemprego registada em Portugalⁱⁱ, assim como as assinaláveis restrições nas condições de proteção social no desemprego, trazem repercussões gravosas para as pessoas, famílias e para a própria capacidade produtiva do país. O elevadíssimo desemprego jovem traz um sentimento generalizado de falta de horizonte futuro para concretizar planos de vida autónomos, levando muitos a decidir emigrar e/ou a adiar planos futuros, num sinal claro de profunda desesperança.

As fortes restrições já verificadas no âmbito da proteção e apoios sociais têm efeitos visíveis nos processos de precarização, empobrecimento e exclusão social de cidadãos e cidadãs que já se encontram em situação de risco e vulnerabilidade.

O que se tem verificado no campo da prestação social do Rendimento Social de Inserção é um exemplo gritante desta desproteção social, que testa o limite da dignidade da vida humana e impõe regras não baseadas no saber acumulado sobre a pobreza e o perfil das pessoas pobres em Portugal, desvirtuando os seus princípios basilares.

Neste contexto de forte restrição na providência social pública, com cortes sucessivos nas transferências sociais, combinada com medidas de austeridade que diminuem drasticamente o rendimento disponível das famílias, entende-se que estamos num momento particularmente preocupante. As famílias estão a ver as suas vidas, construídas dentro das suas possibilidades, das que conheciam como tal, a desmoronar-se. As condições de suporte e entreaajuda da sociedade providência estão, assim, postas em causa, não conseguindo colmatar as falhas da proteção pública.

Junta-se a este quadro a dificuldade que as organizações do setor solidário têm reportado, afirmando-se no limite das capacidades de assistência a quem procura ajuda.

São agora anunciadas novas medidas restritivas, das quais ainda desconhecemos os contornos, o que nos merece particular preocupação e apreensão.

A incapacidade para inverter esta tendência representa custos incalculáveis e irreversíveis em termos de sofrimento humano, que se repercutirão por muitos anos. O(a)s Assistentes Sociais, nas organizações públicas, do poder local e central e do setor solidário, têm-se confrontado e assistido, quotidianamente, no seu contexto profissional, a um aumento do desespero das famílias e do sofrimento humano de tanto(a)s cidadãos e cidadãs devido à situação de agravamento socioeconómico. É de salientar que estes profissionais têm assumido um papel ativo e preponderante na resposta à luta contra a pobreza, as desigualdades sociais e a exclusão social, assim como na promoção de igualdade de oportunidades, renovando o seu compromisso empenhado na promoção do bem estar, da justiça social e defesa dos direitos humanos.

A APSS quer endereçar uma palavra de especial encorajamento e apoio a todo(a)s os Assistentes Sociais. Sabemos que, apesar do esforço quotidiano do(a)s Assistentes Sociais ter aumentado e as suas condições de trabalho precarizadas, muitas situações ficam desprotegidas e em sério risco.

Queremos sublinhar que o que se passa atualmente na nossa sociedade se afigura insustentável, apresentando a nossa total solidariedade com os cidadãos e cidadãs particularmente atingidos pela situação que o país atravessa.

A APSS expressa, assim, a sua profunda incompreensão face à continuidade e ao agravamento das políticas baseadas numa austeridade ainda mais gravosa, apelando à urgência de uma ação governativa orientada por um investimento social centrado na pessoa humana.

Reforçamos o apelo da **Federação Internacional dos Assistentes Sociais (FIAS)** que exigiu, recentementeⁱⁱⁱ, a aplicação de medidas políticas de combate à crise mais justas e equitativas.

Está a APSS, como sempre esteve e se manifestou, disponível para discutir as medidas de política social e contribuir com a experiência e saber do(a)s Assistentes Sociais para recentrar as políticas sociais na defesa dos direitos humanos e nos valores da solidariedade e da justiça social.

Lisboa, 15 de outubro de 2012

A Direção da Associação dos Profissionais de Serviço Social

www.apross.pt

apss_dn@yahoo.com

Contacto – Professora Doutora Fernanda Perpétua Rodrigues (Presidente da Direção Nacional da APSS)

Secretariado - D. Fernanda Morais: Telm.: 912 269 893, Telf.: 217 615 350 (até 7) Fax.: 217 615 358

Av. Visconde de Valmor, n.º 77 - 1.º Dto 1050-239 LISBOA

ⁱ Declaração assumida no II Congresso Nacional de Serviço Social, realizado em Almada nos dias 18 e 19 de novembro de 2010.

http://www.cgtrabajosocial.es/madrid/documentos/DeclaraAAo_de_Almada_final.pdf

ⁱⁱ De acordo com o Eurostat, em agosto de 2010 a taxa de desemprego era de 15,9%, sendo o terceiro país da UE com uma taxa de desemprego mais elevada. Entre os jovens com menos de 25 anos a taxa de desemprego era de 35,9%.

ⁱⁱⁱ A 29 de abril de 2012, os delegados da FIAS reuniram-se na Arménia para discutir, entre outros assuntos, o impacte social da crise financeira na Europa. Consulte a ligação:

http://www.cgtrabajosocial.es/madrid/documentos/IFSW_Press_Release_Financial_Crisis_DM_2012_final%2029042012.pdf